

Congresso: dia de vitória para o Governo.

VICENTE DIANEZI

Já livre do assédio dos parlamentares da oposição, por conta do adiamento da definição da nova política salarial para a próxima terça-feira, o governo obteve ontem uma outra vitória no Congresso. Em votação secreta, os senadores mantiveram o veto total do presidente Fernando Collor ao Plano de Benefícios da Previdência Social, que no mês passado havia caído na Câmara dos Deputados. O festival de benefícios, que o projeto distribuiria, corresponderia a um gasto adicional de US\$ 6,4 bilhões no próximo ano para a seguridade social. O perigo, no entanto, não está afastado, embora seja menor: o Congresso, até o próximo dia 17, prazo em que se estenderá o esforço concentrado iniciado na terça-feira passada, ainda apreciará outro veto presidencial a ser encaminhado sobre a mesma matéria - e se o governo não for bem-sucedido o gasto adicional ficará em torno de US\$ 3 bilhões.

Especulações à parte, o dia de ontem no Congresso foi realmente positivo para o Governo. A Câmara não conseguiu o quórum de 248 deputados para a votação do projeto que fixa os juros em 12% ao ano. Perto de 340 parlamentares estavam presentes na casa, mas apenas 239 apareceram para votar em plenário. Como a matéria tinha prioridade na pauta de votações, nenhum outro assunto pôde ser, em seguida, examinado. Hoje, a questão dos juros volta ao plenário e, caso novamente não haja quórum, o esforço concentrado da Câmara continuará empacado. O Senado, isoladamente, também nada produziu. Havia cerca de 60 senadores presentes que ficaram envolvidos numa interminável discussão sobre a criação do Conselho Nacional de Comunicação Social e nada votaram.

Assim, a maior produção aconteceu na sessão noturna do Congresso - a reunião conjunta de deputados e senadores - para apreciarem matérias orçamentárias, vetos e Medidas Provisó-

rias. Mas, se estancaram a torneira de recursos, que seria aberta na seguridade social sob o protesto das galerias repletas de aposentados, os parlamentares governistas também assediados pela oposição abriram outras torneiras a pedido do governo. Eles aprovaram nove projetos de suplementação de verbas no valor total de US\$ 492 milhões. O dinheiro será gasto na construção de estradas, pontes, residências para militares da aeronáutica, operações de crédito agrícola e equipamentos urbanos na região metropolitana de Recife.

Também foram aprovadas as Medidas Provisórias que tratam das regras para o reajuste das prestações da casa própria e que regulariza as competências do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), organismo que sucedeu aos extintos Inamps e INPS. Os trabalhos caminhavam acelerados até a votação do rejeitado Plano de Benefícios da Previdência pelos senadores. Mas, diante do protesto dos aposentados, o presidente da mesa, senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ) decidiu suspender a sessão.

Restaram assim para apreciação conjunta do Senado e da Câmara outros 34 vetos presidenciais previstos na pauta interrompida. O Senado, individualmente, deixou de votar outras 10 proposições, entre elas, a resolução destinada a limitar ou ampliar a rolagem da dívida interna de Estados e Municípios junto à União. Da mesma forma, a Câmara prorrogou mais de uma dezena de matérias. Os parlamentares terão pouco mais de uma semana para discutirem essas e outras questões pois o ano legislativo terminará na sessão do dia 17 próximo para então entrar em recesso. As principais matérias serão a política salarial e o orçamento da União para 1991. Se o orçamento, que recebeu mais de 12 mil emendas, não for apreciado em plenário, o recesso será adiado.

Leia sobre a derrota dos aposentados na página 17



Reunião de líderes do Congresso: governo obtém vitórias no esforço concentrado.

Adiamento da votação, uma vitória de Collor.

O esforço do presidente Fernando Collor para montar uma base de sustentação parlamentar deu ontem seus primeiros frutos na sessão da Câmara: numa ação conjunta, as lideranças do governo, do PFL, do PDS e do PRN conseguiram impedir a votação do projeto que regulamenta em 12% reais o limite dos juros anuais, conforme determina a Constituição. Mas foi uma vitória apertada.

Quando o presidente da sessão, deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE), anunciou a votação,

acrescentou que havia, na Mesa, pedido de adiamento por duas sessões. "Desde maio que a votação vem sendo adiada", reclamou o deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), autor da emenda constitucional aprovada em 1988.

Os líderes ficaram meia hora junto dos postos eletrônicos de votação para dissuadir seus companheiros de partido de votar e, preocupados, foram vendo crescer os números no painel do plenário. Mas como não houve quórum a votação foi automaticamente transferida para hoje.